

LIMITES DOS PODERES

Roberto Rodrigues*

No dia 3 de agosto passado, uma Juíza Federal Substituta da Sétima Vara do DF determinou que a União não concedesse novos registros de produtos que contivessem glifosato como princípio ativo e que em 30 dias a partir daquela data, o Ministério da Agricultura deveria publicar portaria suspendendo os registros já concedidos.

A consequência prática dessa decisão seria um enorme problema para o cultivo da soja, cujo plantio começaria na segunda quinzena de setembro: 90% dos 33 milhões de hectares plantados com essa importante leguminosa são tratados com glifosato, um dos herbicidas mais usados no mundo há mais de 40 anos e em mais de 160 países. A proibição de seu uso teria impacto pesado no aumento do custo de produção da leguminosa, inviabilizando a rentabilidade da safra desse ano.

A Advocacia Geral da União entrou na Justiça contra a decisão da Juíza Substituta alegando que a suspensão do uso do glifosato poderia causar "grave lesão à ordem administrativa e à ordem econômica", impactando negativamente a economia rural nacional.

O Desembargador Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) atendeu ao pedido da AGU e derrubou a decisão da Juíza, liberando assim o uso do glifosato no plantio que agora já está em pleno andamento. Ele entendeu que "nada justifica a suspensão dos registros que contenham como ingrediente ativo a abamectina, glifosato". Considerou que tirar do mercado de maneira "abrupta, sem a análise dos graves impactos que tal medida trará à economia do país e à população em geral" causaria lesão à ordem pública. Acrescentou ainda que diversos produtos à base de glifosato "já foram aprovados por todos os órgãos públicos competentes para tanto, com base em estudos que comprovaram não oferecerem eles riscos para a saúde humana e o meio ambiente".

Dessa complicação toda, dois pontos são muito relevantes. O primeiro tem a ver com a decisão da Juíza, 50 dias antes do plantio da cultura mais importante do agro brasileiro, demonstrando completa falta de conhecimento da realidade. Por outro lado, ela baseou sua decisão numa nota técnica da Fundação Oswaldo Cruz, segundo a qual o defensivo poria em risco a saúde dos trabalhadores a ele expostos, e também, no seu entendimento que há excessiva demora da Anvisa em fazer a reavaliação de produtos utilizados no campo, o que configura direito "desproporcional" quanto à saúde e ao desenvolvimento sustentável. Ou seja, mesmo se ela estivesse certa na busca da justiça, errou na tempestividade da decisão.

O segundo é bem mais grave e tem a ver com a ação interposta pela AGU, quando diz que "não cabe ao Judiciário intervir em questões técnicas acerca do registro e reavaliação de agrotóxico no país", apontando para o que classifica como "grave violação à ordem administrativa".

Aqui está a grande questão: é preciso ter muito bem definido o limite dos poderes. No Brasil parece haver uma superposição deles, criando enorme confusão. Por outro lado, é preciso cuidar do todo, isto é, produzir com sustentabilidade. Se não tivermos clareza de até onde vai o limite de cada poder, estas dramáticas questões tenderão a se repetir.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**